

# ● Nacional

*Economia  
Brasil*

## INDICADORES SOCIAIS

# Crescimento de 3% do PIB neste ano não deve melhorar nível de salário e emprego

por Marília Stabile  
de São Paulo

O País precisa voltar a crescer para melhorar seu desempenho e retomar investimentos na área social. Enquanto recursos não inflacionários não forem destinados à produção, a modesta recuperação da economia neste ano, que poderá resultar em um crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) estimado entre 2,3 e 3,3% neste ano — o equivalente a retornar aos níveis de atividade de janeiro de 1990 —, significará um aumento do nível de emprego ou salarial, na mesma proporção.

A convivência entre um patamar "extremamente" baixo da atividade econômica e o ajuste estrutural por que passa o setor produtivo à procura da chamada "qualidade total" envolvendo a racionalização de custos para contabilizar ganhos de produtividade são os fatores impeditivos.

A avaliação é da diretora de análises da Fundação Seade Annez Andraus e do coordenador da área de Políticas Sociais do Instituto de Economia do Setor Público (IESP), André Médice, entrevistado do programa Crítica e Autocrítica, do último domingo, programa produzido pela Gazeta Mercantil e Rede Bandeirantes de Televisão.

Confirmando o raciocínio, o próximo índice de desemprego a ser divulgado pela Fundação Seade, referente ao mês de julho, deverá frustrar as expectativas dos próprios técnicos da instituição. "Os dados do desemprego em julho vão surpreender negativamente.

Esperávamos uma pequena recuperação característica da sazonalidade favorável do nível de atividade econômica no segundo semestre, mas ela não deverá ocorrer acentuadamente, mantendo o mesmo patamar de junho", prevê Andraus.

A taxa de desemprego total em junho para a Grande São Paulo ficou em 16,2% da População Economicamente Ativa (PEA), representando um contingente de 1,244 milhão de desempregados. Ainda que esses dados reflitam uma ligeira estabilidade em relação a maio, e não sejam extrapoláveis para o conjunto das principais regiões metropolitanas, é um patamar recorde desde 1985 e não representa um fenômeno restrito ao principal centro industrial do País. Em Brasília, a taxa de desemprego total, calculada para o mesmo período, pela Seade, situa-se ao redor de 15%.

Andraus estima que nas principais capitais do País, pesquisadas pelo IBGE e utilizando os mesmos critérios de aferição, esse índice esteja entre 11 e 12%. O último dado oficial de desemprego aberto calculado pelo IBGE, referente a abril, apontava para um índice de 5,9% e uma queda do salário contratual médio acumulado no ano de 6,6%. Para o mesmo período, a Seade registrou queda de 11,9% do salário médio real, em São Paulo.

Os indicadores negativos de desemprego e salários não estão sendo atenuados por gastos do governo federal na área social. Ao contrário do ajuste fiscal realizado, cortando despesas da administração direta, da ordem de 3% do PIB, em 1991, cerca de 60%, ou 1,8% do PIB, correspondeu a redução de gastos na área social.

O setor de saúde, isoladamente, respondeu por 14% desse ajuste, penalizando inclusive as transferências de recursos para as esferas estaduais e municipais. Os dados são da área de política social do IESP.

"A meta do governo Col-  
lor de despendar 10% do

PIB em gastos com saúde está reduzida a 1,8%", estima André Médice. O também membro do Instituto Fernand Braudel de Economia Mundial contabiliza que "em 1990, os gastos do governo federal na área social consumiam 11,5% do PIB, um percentual que em 1991 foi reduzido para 9,7%".

## ECONOMIA INFORMAL

O argumento de técnicos do governo da área econômica de que os dados negativos nas áreas de emprego e salários podem estar superdimensionados por que não captam o papel da chamada "economia informal" tampouco serve para atenuar as críticas. Os especialistas vêem com cautela a argumentação e ressaltam as limitações dos levantamentos estatísticos no País. As deficiências começam nos próprios órgãos geradores dos levantamentos envolvidos com a falta de recursos e as dificuldades de se conseguir informações de órgãos do governo. "A economia informal existe, mas não se chegou ainda a um consenso a respeito de quais indicadores devem ser trabalhados para determiná-la", analisa Médice. As projeções de economistas sobre a participação da economia informal no PIB oscilam hoje entre um percentual de 13 e 60% do produto.

Andraus lembra ainda que dados imprecisos ou pouco aferidos tecnicamente podem causar desvios na formação da opinião pública.

Entre eles, perguntada sobre recente estatística da Organização Internacional do Trabalho (OIT) de que 47% das crianças brasileiras entre 10 e 14 anos, trabalham, respondeu como sendo um número "pouco provável". Com base nos próprios levantamentos da Seade, analisa, "esse percentual, em São Paulo, não deve exceder os 5%". Médice concorda, ressaltando que com base na última Pesquisa Nacional de Amostras por Domicílio (PNAD), mesmo em nível de Brasil, pode-se chegar a uma projeção de, no máximo, 10%.